

Paraíso ou local de
perdição? Minas colonial e as
idealizações sobre a natureza

Paradise or place of
perdition? Colonial Minas and
the idealizations on nature

¿Paraíso o lugar de
perdición? Minas colonial
e idealizaciones sobre la
naturaleza

João Gabriel Covolan Silva¹

Alberto Camargo Portella²



SOUZA, Laura de Mello e. *O Jardim das Hespérides: Minas e as visões do mundo colonial no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

O mais recente livro de Laura de Mello e Souza, *O Jardim das Hespérides: Minas e as visões do mundo colonial no século XVIII* é o produto de mais de três décadas de pesquisas por parte da historiadora. Entre idas e vindas, como deixa claro, a decisão de publicar o texto com o qual viajara à Europa, em versão impressa, veio da sugestão de Antoine Acker, que inclusive lhe sugeriu referências bibliográficas para a transformação do manuscrito. Tendo apresentado o texto em três ocasiões, a autora, diante da receptividade positiva do trabalho, reescreveu e atualizou o que veio a ser a brilhante obra ora resenhada. Trata-se de um livro sobretudo sobre as concepções mentais dos colonos de Minas Gerais ao longo do século XVIII acerca do mundo natural que os rodeava, dando ênfase em especial para as “sensibilidades e emoções, dividindo-as em quatro blocos, a bem da verdade quatro categorias que expressassem modos de apreender um mundo que se ia devassando à ocupação” (Souza, 2022, p. 14). Estas quatro categorias ou dimensões, como os títulos dos capítulos sugerem – mítica, trágica, prática e afetiva, respectivamente – são trabalhadas em diacronia e sincronia, em capítulos que se complementam de modo inequívoco.

O livro se baseia sobretudo em fontes primárias, embora também haja espaço para discussões historiográficas. Em relação a este aspecto, vale a pena mencionar o diálogo que o livro apresenta com outras obras da própria autora, em especial seus livros *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*⁵, fruto de sua Dissertação de Mestrado, e *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*⁴, resultado de sua Tese de Doutorado, ambas sob orientação de Fernando A. Novais. Do primeiro livro, além da grande convergência das fontes primárias presentes nos dois textos, há dentre os argumentos trabalhados em ambos as menções às técnicas inadequadas da atividade mineradora e a crença, por parte dos ilustrados luso-brasileiros, de que a riqueza das minas era ilusória (Souza, 2017, p. 56) enquanto a agricultura era tida como “a mais ordenada das atividades humanas” (Souza, 2022, p. 78). Ademais, os dois textos abordam a conformação da consciência do “viver em colônias” na região mineira, expressão cunhada pelo professor de grego radicado em Salvador, Luís dos Santos Vilhena: se no primeiro a autora foca na dimensão fiscal e política, no trabalho recente aborda as representações do espaço mineiro – sobretudo na cartografia e na literatura – buscando compreender as raízes de uma identidade com o território dentro



dos quadros estruturais da colonização portuguesa na América.

Já em comparação com *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, vale mencionar a abordagem das mentalidades por parte da autora, resultado de influências de historiadores como Carlo Ginzburg, Jean Delumeau e Jacques Le Goff. O universo mental é tratado por Laura de Mello e Souza dentro de sua constância e contradição. Do mesmo modo que, “na esfera divina, não existe Deus sem o diabo; no mundo da natureza, não existe Paraíso terrestre sem Inferno; entre os homens, alternam-se virtude e pecado” (Souza, 2009, p. 44), havia no cotidiano das Minas, junto ao fascínio, a persistente “adversidade, o embate entre homem e natureza se fazendo a poder de ‘perigos, fomes, sedes e trabalhos’” (Souza, 2022, p. 46). Estas questões foram analisadas de modo requintado pela historiadora no trabalho ora resenhado.

No primeiro capítulo, Laura de Mello e Souza trata das dimensões míticas da colonização das Minas, já que foi sob “o primado do mito que Minas se configurou como espaço dotado de unidade interna” (Souza, 2022, p. 22). O aspecto central deste capítulo é a argumentação, por parte da autora, de que a *edenização* repetiu-se em situações de fronteira, seja durante a expansão mineira, seja durante a sua decadência. Desmente-se assim a afirmação de que, ao se colonizar, dissipam-se as concepções edênicas acerca das terras americanas. Reproduzem-se ao longo dos séculos atitudes que para Laura são análogas às de Pero de Magalhães Gandavo, pois “bolsões de mitificação podiam ficar adormecidos para, em momento oportuno, reeditarem-se e se readaptarem, originando novos arranjos mentais, mas atestando, por outro lado, a longa respiração dos fenômenos da mentalidade” (Souza, 2022, p. 24). Mas estas edenizações podiam também ser eclipsadas, como demonstra, diante de uma concepção moderna da atividade produtiva em solo mineiro. Neste capítulo, são evidentes algumas semelhanças com *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, obra mencionada acima, e em especial com Sérgio Buarque de Holanda. Se em outros trabalhos da historiadora são nítidas as influências de *Monções e Caminhos e Fronteiras*, aqui é nítido o diálogo com *Visão do Paraíso*, obra em que, para Buarque de Holanda, é clara a influência para o colonialismo português do pensamento mítico, mesmo entre os espíritos mais “realistas” (Holanda, 2010, p. 118) – e também há menções à edenização tardia –, bem como *Raízes do Brasil*, ocasião em que o historiador sugere o aprendizado, por parte dos colonizadores lusitanos, do que “lhes ensinara a rotina”, auxiliando na aclimatação às novas paragens (Holanda, 1995, p. 52).

Também é digno de nota que a edenização se estende às gemas encontradas,



algumas vezes exageradas em suas dimensões reais, que refletiam a influência do espaço mítico Oriental, como se o interior da América portuguesa compensasse o que fora perdido no outro lado do mundo: algo que apresenta também similitude, na longa duração. Isto porque para os europeus, desde o Medievo o Oriente representava riqueza, “Ilhas produtivas de materiais de luxo: metais preciosos, pedras preciosas, madeiras preciosas, especiarias”, mas também aberrações, canibalismo e bestialidade (Le Goff, 2013, p. 372). O maravilhoso, contudo, não se arrefeceu com o desenrolar da colonização. Como nos lembra a autora, avança, e colore as zonas fronteiriças, como se fossem fadadas a preencher o lugar antes ocupado por regiões devassadas mas que foram “inseridas na ordenação mais racional do trabalho produtivo e do convívio social citadino” (Souza, 2022, p. 34).

Se a edenização e o mito foram o tema do capítulo inicial, compondo a primeira categoria interpretativa sobre a natureza de Minas colonial, a autora dedicou o segundo à dimensão trágica. Como Laura bem apontou, “a consciência da catástrofe nunca deixou de andar ao lado do devassamento da natureza” (Souza, 2022, p. 17-18), a tragédia acompanhando e não meramente substituindo aquele primeiro aspecto. Fossem justificados ou não, diversos medos atravancaram a ida ao interior da América lusa, à região das Minas, agindo como um curioso e poderoso anteparo às visões edênicas.

Mais notáveis e facilmente perceptíveis na paisagem, as serras compuseram o primeiro obstáculo físico e mental, articulando as idealizações à prática da atividade colonizadora. Desde a Antiguidade clássica, as montanhas foram vistas enquanto locais de passagem, fronteira entre um mundo conhecido e um outro bárbaro, e assim foram pensadas na região em análise. Não à toa, Antonil pôde escrever que “daí vem o dizerem que todo o que passou a serra da Mantiqueira aí deixou dependurada ou sepultada a consciência”, sinal de acesso a outro local em que a vida ganhava uma nova configuração (Antonil, 1965, p. 422 *apud* Souza, 2022, p. 45). Mão não só de serras os medos eram compostos. Também entravam em cena a fome e o perigo que trazia à subsistência da população, em uma capitania ainda indevassada em considerável parte e que atraía olhares às suas riquezas. O clima também compunha o quadro trágico, com as cheias destrutivas dos rios, causadas ou potencializadas pela interferência humana em suas margens. Nesse caso, aliás, não se tratava de uma particularidade mineira, haja vista que enchentes e tempestades causaram estragos em outras localidades americanas, no que muito contou a própria dinâmica colonizadora local e as transformações empreendidas no meio natural (Schwartz, 2021).



Resumindo os medos em uma única expressão, havia os sertões. Regiões pouco afeitas à agricultura, infestadas de doenças, ainda poderiam descivilizar quem nelas entrasse, ou seja, “desnaturar o homem e o irmanar às feras” (Souza, 2022, p. 58). Lá o colono pôde encontrar indígenas hostis ou quilombolas conhecedores do terreno, e buscou, de acordo com sua visão de mundo, enfrentar tais obstáculos e conquistar o território. O fascínio por riquezas e status, afinal, fez os medos serem superados, e nessa empreitada o conhecimento dos caminhos e as práticas sobre o território marcaram uma nova forma de interpretar a realidade da capitania.

Dessa forma, a autora articula essa sua argumentação ao terceiro capítulo da obra, dedicado à dimensão prática. Se de início, a região foi vista com admiração ou temor, para “viabilizar a exploração econômica, havia que conhecê-la, dominá-la, representá-la, transformá-la”, atividades práticas sobre um território em dinâmica edificação material e mental (Souza, 2022, p. 67). Uma delas foi a nomeação de localidades e acidentes do terreno, que não pôde deixar de se relacionar à construção de mapas e roteiros, veiculados de forma oral ou impressa. Em pleno século XVIII, a confecção de mapas para delimitar a região ganhou ímpeto, representando-a e controlando o que antes era desconhecido. O objetivo, evidentemente, foi a “ordenação do meio natural” (Souza, 2022, p. 72).

Essa praticidade também esteve relacionada à descrição da economia local, como nos escritos e memórias científicas que versaram sobre a região. No contexto do reformismo ilustrado luso-americano, tais textos, partindo do conhecimento então existente sobre o meio natural, postulavam mudanças para um melhor aproveitamento econômico, no que também contou certa simpatia pelo terreno em análise. Sem cair em determinismos mas destacando certa coincidência, é interessante notar que um dos grandes nomes do movimento de divulgação de textos em Lisboa, frei José Mariano da Conceição Veloso, nasceu por volta de 1742 justamente em Minas Gerais (Safier, 2019).

Em Minas “[s]ob a ação civilizadora dos entrantes, ora mítico, ora trágico, o sertão desvenda por fim a potencialidade utilitária” (Souza, 2022, p. 76), mas tal empreitada envolveu também a destruição do que não se encaixou nos parâmetros da civilização que se buscava criar: o melhor exemplo sendo os indígenas e suas longevas práticas. Assim, literalmente se abriam os caminhos para o aproveitamento produtivo da região, baseado na mineração, na agricultura, nas salinas, recomendadas por José Vieira Couto, ou na catalogação e utilização da fauna e flora locais. Nesse último caso, a admiração



ante o fantástico não deixou de existir mas perdeu proeminência, e os colonos “que domavam a natureza e exaltavam a sedentarização já não viam os animais como monstruosos ou ameaçadores. Fixavam-nos em coleções, deixavam que, domésticos, vagassem pelo quintal” (Souza, 2022, p. 81). É assim, portanto, que a prática ganhou espaço, mas sem substituir completamente a admiração e o temor persistentes.

O devassamento da região ocorreu por meio da abertura de caminhos, necessários ao desenvolvimento econômico mas capazes de fazer transitar criminosos e ideias sediciosas, e pela criação de vilas com o consequente desmatamento em seus arredores. Em meio à destruição para aproveitar os recursos que ali estavam, pondo em xeque as antigas visões de admiração ante à natureza indevassada pelos colonos, outro aspecto continuou a tomar força, mais relacionado ao “mundo dos afetos” nessa peculiar região do Império português (Souza, 2022, p. 93).

No quarto capítulo, “A dimensão afetiva”, Laura de Mello e Souza faz uma análise acerca das representações imagéticas e literárias da capitania das Minas no século XVIII, em especial na segunda metade deste século, período em que se registra um intenso desenvolvimento cultural. Para tal abordagem, afirma a autora que é neste período que se constituíra um sistema cultural: “Os núcleos urbanos achavam-se então melhor conformados, o meio social mais definido em suas peculiaridades, bem implantado o mando, esboçadas as relações entre os produtores de cultura e um público consumidor, por mais incipiente que se apresentasse” (Souza, 2022, p. 103). Ademais, a aproximação com a cultura europeia conjugada à interiorização dos elementos próprios das Minas, em plena transformação, fornece à elite intelectual mineira “subsídios para refletir sobre a realidade específica de sua terra”, levando a um sentimento regional mais forte, que se manifesta, sobretudo, na incorporação do mundo natural da capitania ao “universo dos afetos” (Souza, 2022, p. 104). Estas afirmações de Laura carregam uma forte influência de Antonio Candido, em especial em dois aspectos, reconhecidos pela autora: o primeiro é a definição da literatura como sistema articulado, dependente da existência da tríade *autor-obra-público*, em interação constante e dinâmica. Não que a literatura brasileira nasça no século XVIII, mas seu processo formativo encontra neste período as suas raízes. O segundo aspecto é que, para o crítico literário, o Arcadismo plantou “de vez a literatura do Ocidente no Brasil”, graças aos padrões universais por que se regia, dando início à articulação da atividade literária em terra brasileira com o sistema da civilização ocidental dentro do qual se define, lentamente, a



originalidade da literatura local (Candido, 2000, p. 17).

As menções às representações da paisagem local por Cláudio Manuel da Costa e “a clara inteligência” de Alvarenga Peixoto, que compreende os mecanismos da colonização, são altamente sugestivas. De Cláudio Manuel, é bela a descrição da obsessão do poeta com a pedra e com o relevo acidentado, e a descrição do ribeirão do Carmo, caracterizado pela “feiura” e contraposto ao “cristalino Tejo” e ao Mondego: como o poeta, “o ribeirão não pode fugir da sina de ter nascido em colônias” (Souza, 2022, p. 108). Esta abordagem de Laura carrega semelhança com a de Sérgio Alcides, estudioso da obra de Cláudio Manuel da Costa, para quem a ideia da natureza americana como força desestruturante e desordenadora era um termo de “mediação para compreender e explicar a sociabilidade” (Alcides, 2003, p. 117). Já no que se refere à Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga, há maiores menções ao tecido social mineiro, pelo último, enquanto o primeiro autor “examina a natureza específica das Minas sob crivo político e, mesmo contido pela carapaça do reformismo, chega próximo à contestação do sistema colonial” (Souza, 2022, p. 112). Esta dimensão afetiva que crescentemente leva a um sentimento de especificidade e pertencimento à América é fenômeno anterior à configuração de uma ideia de Brasil. Como afirmou o historiador João Paulo Pimenta, estes autores eram portadores de “sensibilidades especialmente agudas”, indicando transformações pelas quais passava o império português, e articulavam a identidade nacional portuguesa com “outras identidades coletivas de menor alcance, maldefinidas, mas que logo se constituiriam em esferas privilegiadas para a emergência de conteúdos politicamente inovadores” (Pimenta, 2014, p. 620).

No fim das contas, a presente obra de Laura de Mello e Souza contribui para o campo da História Colonial luso-americana ao mesmo tempo em que a relaciona a uma vaga recente de estudos dedicados à História Ambiental (Pádua, 2010, p. 81). Decididamente, o fato colonial, o “viver em colônias”, como antes destacado, precisa ser compreendido em sua totalidade, inclusive com referência ao espaço, seus usos e às idealizações sobre ele tecidas. Não se trata de um aspecto isolado de um todo, mas de uma peça adicional a compor um jogo em que fatores políticos, econômicos, sociais e ambientais tiveram o seu peso (Braudel, 2014, p. 22; Worster, 1991, p. 213-214). A própria autora o demonstrou ao notar que a maneira de a natureza ter sido pensada pode ter contribuído “na constituição de uma nova forma com que os luso-brasileiros das Minas passaram a ver a ação política” (Souza, 2022, p. 17). O afeto em relação àquele território, as ideias que beiraram a contestação colonial, todos



esses fatos atestam como o ambiente ensejou a ação política na região.

Nessa narrativa sobre o devassamento do espaço colonial mineiro, mito e história foram entrelaçados, o que justifica a utilização feita por Diogo de Vasconcelos da imagem do jardim das Hespérides, um mito, em sua narrativa sobre Minas Gerais. Se o “espaço é algo que precisamos pressupor meta-historicamente para qualquer história possível e, ao mesmo tempo, é historicizado, pois se modifica social, econômica e politicamente” (Koselleck, 2014, p. 77), a obra de Laura nos mostra como ele foi pensado e idealizado pelos atores da época, as maneiras de interpretá-lo contribuindo de maneira certa para uma compreensão abrangente da história de Minas e da colonização portuguesa na América.

Referências

ALCIDES, Sérgio. *Estes Penhascos: Cláudio Manuel da Costa e a paisagem das Minas, 1753-1773*. São Paulo: Hucitec, 2003.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Paris: Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, 1965.

BRAUDEL, Fernand. Posições da História em 1950. In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 17-38.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 9. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. Espaço e História. In: KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014. p. 73-89.

LE GOFF, Jacques. O Ocidente medieval e o Oceano Índico: um horizonte onírico. In: LE GOFF, Jacques. *Para uma Outra Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 357-381.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados*,



São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PIMENTA, João Paulo G. Literatura e condição colonial na América portuguesa (Século XVIII). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 3, p. 595-634.

SAFIER, Neil. Itinerários de conhecimento: Conceição Veloso entre pragmatismo e patriotismo. In: PATACA, Ermelinda M.; LUNA, Fernando José (org.). *Frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019. p. 375- 388.

SCHWARTZ, Stuart B. *Mar de Tormentas: uma história dos furacões no Caribe, de Colombo ao Katrina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Jardim das Hespérides: Minas e as visões do mundo colonial no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza Mineira no século XVIII*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2017.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

Notas

¹Scuola Normale Superiore di Pisa/Lab-Mundi (FFLCH-USP).

²Universidade de São Paulo.

³A Dissertação, defendida em 1980 na Universidade de São Paulo, foi publicada pela primeira vez em 1982.

⁴A Tese foi defendida em 1984 e veio a público pela primeira vez em 1986.